

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (T) Camila Gomes Macedo Soares

BRASIL: UMA POTÊNCIA REGIONAL NO CENÁRIO DA AMÉRICA DO SUL

Rio de Janeiro

2022

CC (T) Camila Gomes Macedo Soares

BRASIL: UMA POTÊNCIA REGIONAL NO CENÁRIO DA AMÉRICA DO SUL

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval como requisito parcial para a conclusão do Curso Superior.

Orientador: CMG(RM1-FN) Henrique Santos

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2022

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me guiar e fortalecer em todos os momentos da minha vida.

Agradeço aos meus pais, Jaime e Beatriz, por seu amor incondicional e por serem meus exemplos de vida.

Ao meu esposo, Gustavo Henrique, e ao nosso filho, Pedro, pelo amor, pela compreensão e por estarem sempre ao meu lado.

Por fim, agradeço ao meu orientador Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN) Henrique Santos pela atenção, disponibilidade e as orientações assertivas durante a realização deste trabalho.

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo analisar a atuação do Brasil como potência regional dentro da União das Nações Sul-Americanas, entidade criada em 2008 com a participação dos doze chefes de Estado do subcontinente, que tinha como finalidade promover uma maior institucionalização no processo de integração regional. Considerando a América do Sul como o entorno estratégico brasileiro, é a partir desse universo geográfico e político tão importante para a projeção do país, tanto regional quanto globalmente, que a pesquisa se propõe a identificar, a partir de critérios materiais e ideacionais, com enfoque na defesa e segurança, se o Brasil pode ser considerado uma potência regional no âmbito sul-americano durante o período em que participou da citada instituição. Para tal, procedeu-se à apresentação dos principais conceitos e critérios sobre potências regionais a partir dos quais os países podem ser classificados. Em seguida, apresenta-se um breve histórico do cenário da América do Sul e da criação da União das Nações Sul-Americanas. Por fim, foi realizada a análise do caso do Brasil, à luz dos critérios de potência regional, considerando seus recursos materiais e ideacionais nesse processo de liderança sul-americana.

Palavras-chave: Potência regional. Integração regional. América do Sul. UNASUL. Defesa.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	POTÊNCIAS REGIONAIS	8
2.1	Fundamentos teóricos do conceito de potências regionais.....	9
2.2	Potências regionais na concepção de Daniel Flemer.....	13
3	UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL).....	14
3.1	Cenário sul-americano: do neoliberalismo ao regionalismo.....	14
3.2	O papel do Brasil na constituição da UNASUL	16
4	O CASO DO BRASIL.....	18
4.1	A formulação do desejo de liderança.....	19
4.2	A posse de recursos de poder.....	23
4.3	O emprego de instrumentos de política internacional.....	25
4.4	A aceitação do papel de líder pelos países liderados.....	29
5	CONCLUSÃO.....	30
	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

A partir das mudanças ocorridas após o término da Guerra Fria, evidencia-se uma tendência da ordem mundial de se tornar cada vez mais regionalizada em decorrência de um processo de redistribuição do poder no cenário global.

Após um gradual processo de ruptura da ex-União Soviética e do bloco oriental, os Estados Unidos da América (EUA) emergiram como a única superpotência, indicando o fim da bipolaridade no jogo de poder mundial.

Frente à imagem de uma nova arquitetura de equilíbrio global e às mudanças advindas do processo de globalização, inaugurou-se um período em que as assimetrias político-econômicas se dissiparam ante as novas possibilidades de interdependência entre os Estados.

Os países do bloco sul-americano experimentaram um certo receio de se tornarem cada vez mais isolados do resto do mundo diante de sua tímida relevância no cenário global.

Sendo assim, no escopo sub-regional da América do Sul, essas mudanças também causaram impactos, uma vez que eram necessárias ações em prol de uma maior projeção desses países. A fim de oportunizar uma maior proximidade com os Estados Unidos, alcançando assim benefícios, os países sul-americanos empreenderam uma “guinada ao norte”.

A partir de 2000, Bragatti e Souza (2016) asseveram que, alinhado a uma conjuntura política do bloco sul-americano, surgiu um regionalismo que pretendia atender às mudanças políticas vividas pela região chamado “regionalismo pós-liberal”¹.

É nesse contexto que a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) é criada, como uma iniciativa de institucionalização do processo de integração regional, inicialmente impulsionada por um alinhamento político progressista dos governos, a partir de 2003, em prol de um novo arranjo e posicionamento da região no sistema-mundo.

A UNASUL foi instituída formalmente em 23 de maio de 2008, em Brasília, com a assinatura do Tratado Constitutivo pelos doze chefes de Estado da região, a saber: Argentina,

¹ Segundo Veiga e Ríos (2007), o regionalismo pós-liberal surge como uma alternativa ao esgotamento das iniciativas integracionais do regionalismo aberto, característico da década de 1990, e é marcado pela politização das agendas econômicas dos países do bloco e pela agenda integracionista de cunho “desenvolvimentista” com a formação de acordos de cooperação entre os países com ideologias políticas afins.

Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Dentre os seus diversos objetivos, a UNASUL foi criada em prol de uma maior integração entre os Estados do bloco nos âmbitos cultural, social, econômico e político, tendo como seu principal ator o Brasil.

Diante do exposto, o presente trabalho se propõe a analisar o Brasil como potência regional no escopo da América do Sul à luz dos pressupostos apresentados por Flemes (2007), com enfoque nos aspectos segurança e defesa, que servirão como marcos teóricos, a partir dos quais serão buscadas evidências que corroboram ou não a sua identidade como potência regional no período em que participou da UNASUL, contextualizando o cenário da América do Sul no período da criação da entidade e identificando as motivações e iniciativas do Brasil que o levaram à posição de possível potência regional.

Dessa forma, o propósito deste trabalho é responder ao seguinte questionamento: o Brasil pode ser considerado uma potência regional no contexto sul-americano no período de 2008 a 2019?

Esta pesquisa reveste-se de considerável relevância, já que o País, enquanto potência regional, poderia consolidar a sua projeção em termos políticos, abrir novos mercados econômicos, favorecendo a sua integração social, além de poder figurar efetivamente como *player* no sistema internacional, ampliando assim a sua inserção nos processos decisórios internacionais.

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa descritiva, utilizando para tal uma abordagem qualitativa e longitudinal. De modo a sistematizar o trabalho, a metodologia utilizada para a obtenção dos dados foi a pesquisa bibliográfica, cuja base foram livros e trabalhos científicos sobre o tema disponíveis em plataformas eletrônicas específicas como Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (Rede BIM) e *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, além de pesquisa documental, a fim de obter embasamento em documentos oficiais, como leis, políticas e normas das Forças Armadas.

O universo geográfico do presente estudo é o continente sul-americano com enfoque nas ações e iniciativas implementadas pelo Brasil durante o período em que fez parte da UNASUL (2008 a 2019).

Para realizar essa análise, o trabalho foi estruturado em cinco seções: esta introdução (primeira seção), três seções de desenvolvimento e a conclusão.

A segunda seção apresenta o arcabouço teórico utilizado na pesquisa – os pressupostos teóricos enunciados por Daniel Flemes –, além de abordar outros autores que tratam do tema potências regionais.

A terceira seção traz um histórico dos cenários da América do Sul e do Brasil na época da criação da UNASUL.

Já a quarta é dedicada a identificar as ações e iniciativas realizadas pelo Brasil, voltadas para as áreas de defesa e segurança, a fim de demonstrar o papel do país como potência regional na América do Sul no período em que fez parte da entidade, dentro de cada aspecto listado no modelo teórico citado.

A quinta e última seção trará as conclusões, corroborando a disposição do Brasil em assumir uma posição como elo fortalecedor dos processos de integração regional, engajando-se para uma cooperação entre os países do bloco, e como seus recursos de poder permitiram-lhe exercer o papel de potência regional sul-americana enquanto membro efetivo na UNASUL.

2 POTÊNCIAS REGIONAIS

O propósito desta seção é definir as características que identificam as potências regionais de acordo com os principais arcabouços teórico-conceituais dando ênfase aos critérios apresentados por Daniel Flemes (2007), cientista político e pesquisador do Instituto Alemão de Estudos Globais e Regionais (GIGA), que teve como principal foco de estudo a América Latina, mais especificamente o Brasil. Tais critérios definem o plano teórico sob o qual o objeto da pesquisa é analisado.

O tema potências regionais começou a tomar vulto como uma área de estudo das Relações Internacionais (RI) a partir do início do século XXI quando países que não eram considerados potências tradicionais começaram a despontar no cenário mundial. Tal importância se deve ao incremento da influência desses países no sistema internacional, bem como suas visões alternativas de mundo (NOLTE, 2010).

Diante de uma perspectiva realista, o sistema internacional inaugurou uma tendência multipolar, uma consequência do surgimento de unipolaridades regionais, que, dentro de suas respectivas áreas de influência, promoveram coalizões para um equilíbrio frente às superpotências.

De acordo com Flemes (2007), uma superpotência dispõe de uma primeira posição no sistema internacional com capacidade para projetar seu poder e exercer sua influência no âmbito mundial, ao passo que as potências regionais exercem seu poder num âmbito mais restrito.

Países como Brasil, China e Índia foram utilizados nos estudos sobre potências regionais emergentes por terem se estabelecido como atores relevantes no escopo de suas respectivas regiões. Desse modo, essas potências afirmaram sua importância, projetando poder e deslocando conceitos como hegemonia e liderança do nível internacional para o regional (DESTRADE, 2010).

Como afirma Hurrell (2009), grande parte das novas potências manteve-se relativamente afastada da liderança americana do pós-Guerra Fria, gerando grande expectativa sobre o impacto desses países na dinâmica mundial.

Assim, as dinâmicas internas das regiões passaram a constituir tema para vários acadêmicos das Relações Internacionais. Não obstante, esse incremento na importância do assunto potências regionais não engendrou um aumento proporcional ao desenvolvimento teórico acerca do tema (FLEMES e WOJCZEWSKI, 2010).

Feitas essas observações, esta seção está estruturada em duas subseções. Na primeira, é tratada a evolução do conceito de potências regionais e são apresentadas as características de comportamento que as distinguem das grandes potências² conforme os principais autores dessa área de estudo. Na segunda, são apresentados os critérios de Flemes para a classificação das potências regionais. Tal modelo será o aplicado no caso do Brasil na quarta seção.

2.1 Fundamentos teóricos do conceito de potências regionais

O esforço em prol da construção de um arcabouço teórico sobre o tema potências regionais parece ainda incipiente se comparado à grande importância que esses países exercem no sistema-mundo. Uma vez que a compreensão das dinâmicas de poder desempenhadas por esses países, no âmbito regional, possibilita a constituição de critérios analíticos, ela também promove uma maior compreensão da projeção desses Estados-nação no escopo extrarregional.

² Grandes potências são aqueles Estados que exercem poder sobre a diplomacia mundial por possuírem grande força econômica, política e militar.

Mas, afinal, como as potências regionais podem ser caracterizadas? De uma forma ampla, o termo potência regional é utilizado para definir aqueles países que, dentro de uma hierarquia de poder no sistema-mundo, exercem influência sobre os países de uma determinada região.

Buzan e Hansen (2012) afirmam que as potências regionais possuem características superiores *vis-à-vis* aos outros países da região, porém, ainda não conseguem se projetar para fora dos muros intrarregionais.

Dentro da área de estudos regionais, não há um único conceito que contemple todos os aspectos analíticos que envolvem o tema das potências regionais. Na literatura, alguns desses conceitos se aproximam em determinados pontos e se afastam em relação a outros aspectos.

Nolte (2011) sistematiza um conceito de potências regionais integrando aspectos teóricos das Relações Internacionais (RI) como o realismo³, o construtivismo⁴ e o institucionalismo neoliberal⁵. Segundo esse autor, conceituar potências regionais torna-se um trabalho complexo, tendo em vista que abarca dois conceitos dentro das Relações Internacionais: o de poder e o de região.

A análise de Nolte (2011) conjuga abordagens diversas do campo das RI, uma vez que considera a distribuição de poder no sistema internacional, a polaridade e o conceito de região ideias fundamentais trazidas pelas teorias realistas.

No que tange aos pressupostos construtivistas, Nolte (2011) argumenta que a decisão dos países secundários em contestar ou seguir uma potência regional não advém da estrutura internacional nem das instituições (EBERT e FLEMES, 2018), mas dependeria dos processos de constituição das identidades e interesses desses Estados.

No que concerne às ideias institucionalistas liberais, estas afirmam que as instituições modelam as políticas externas adotadas pelos Estados; com base nisso, as

³ Na perspectiva realista, uma das premissas básicas é a que considera o Estado como o foco das RI, atuando como ator unitário e racional. No realismo, o sistema internacional não possui uma autoridade suprema acima dos Estados, conferindo-lhe a característica anárquica, no seu estado de natureza, como no pensamento hobbesiano.

⁴ A teoria construtivista tem como foco a construção social da política internacional, na qual a realidade é socialmente construída por meio de ideias compartilhadas pelos atores e não somente por questões materiais.

⁵ A principal proposição teórica do institucionalismo neoliberal é que uma das principais funções das políticas internacionais é a de facilitar acordos que tragam benefícios a ambos os Estados de modo a promover a cooperação internacional.

potências emergentes buscariam influenciar as preferências e as percepções dos países secundários. (KEOHANE e NYE 2001).

Nolte (2011) propõe os seguintes critérios para classificar um país como uma potência regional: o Estado deve ser capaz de possuir uma aspiração para exercer a liderança em uma região delimitada geográfica, política e economicamente; apresentar recursos materiais (militares, econômicos e demográficos); exercer influência por meio de governança; definir e articular uma construção identitária regional; participar ativamente da agenda de segurança da região; convencer um número suficiente de países da região da sua posição de liderança e compartilhar poder com os países menos poderosos da região.

Outra autora que trata da questão das potências regionais é Destradi (2010), que entende o fenômeno no campo de ação da cooperação e das interações entre a potência e os demais países da região. Nesse sentido, a ordem regional passa a sofrer influência a partir dos diferentes graus de cooperação ou de conflito entre os países, bem como da influência do nível de institucionalização em suas regiões.

Sendo assim, o conceito de potências regionais passa a ter um enfoque mais amplo do que os estudos baseados nos conceitos estruturalistas ou aqueles voltados para o Estado emergente.

A ampliação conceitual passa a considerar as estratégias e as interações das potências regionais com os demais países da região e essas potências podem adotar distintas estratégias relativas às suas políticas externas a fim de consolidarem sua relevância regional.

Segundo a autora, são três tipos de estratégias típicas: império, hegemonia e liderança, por meio das quais as potências regionais podem ser comparadas (DESTRADI, 2010).

Os Estados que empregam a estratégia imperial recorrem à ameaça de intervenção militar contra os países que não cumprem a sua determinação a fim de manterem seu status dominante. O termo império, nesse caso, nada tem a ver com a noção de expansão territorial e anexação de novos territórios.

Em contrapartida, a hegemonia seria uma forma de poder mais sutil do que as estratégias imperialistas e varia desde empreender esforços para oferta de incentivos materiais até a difusão das normas e dos valores do país dominante em relação aos demais países da região.

Diferentemente da hegemonia, a liderança consiste na condução dos países da região pela potência regional a fim de realizar objetivos de interesse comum do grupo por meio da liderança cooperativa.

Prys (2012) examina o tema a partir do conceito de região. Nesse prisma, as potências regionais não podem ser analisadas como atores com comportamentos uniformes, uma vez que se apresentam com diferentes características. Essas potências operam impelidas pelo sistema internacional, ou seja, constituem sistemas abertos que sofrem influência do ambiente externo.

Por outro lado, esses Estados atuam de acordo com suas ambições de projeção de poder regional, que constitui a dimensão de dentro para fora. Sendo assim, cada potência regional possui suas especificidades e maneiras de conduzir sua hegemonia.

Com o propósito de caracterizar as potências regionais, Prys (2012) as divide em três categorias: Potências Regionais Independentes ou Destacadas; Hegemonias Regionais e Dominadores Regionais. Essa categorização permite identificar cada tipo de potência de acordo com as variações de suas atividades tanto intra como extrarregionais, bem como sua influência no desenvolvimento econômico ou na estabilidade política na região.

A fim de possibilitar a categorização de uma potência regional, são analisadas quatro dimensões segundo Prys (2012): percepções regionais acerca do país, autopercepção, os tipos de benefícios providos aos demais países e a forma como o poder é exercido.

Dentro da categoria das Potências Regionais Independentes, os Estados não gozam de aceitação pelos outros países vizinhos, uma vez que seu foco está voltado para objetivos internos ou globais. Já as Hegemonias Regionais têm seus objetivos voltados para o bem comum da região, sendo aceitas pelos demais Estados e exercendo influência nas decisões intrarregionais, diferente dos Dominadores Regionais que se voltam para a região com o objetivo de obter vantagens domésticas, exercendo influência de forma mais violenta e, portanto, não sendo aceitos pelos demais atores do bloco.

Diante do exposto, percebe-se que não existe uma única forma de classificação das potências regionais e que os distintos critérios se complementam e sobrepõem-se. Assim, a fim de caracterizar o Brasil como potência regional, na próxima seção, serão discutidos e operacionalizados os constructos apresentados por Flemes.

2.2 Potências regionais na concepção de Daniel Flemes

Sob a égide do pensamento realista, Flemes (2007) analisa o comportamento das potências regionais que, frente à sua baixa projeção de poder perante o sistema internacional, se comparadas com as superpotências, recorreriam a multipolarização como caminho para alcançar um novo posicionamento na hierarquia mundial.

Para tal, esses países emergentes assumem como estratégia principal direcionar o foco de sua política externa para as suas próprias regiões em busca de mais poder, promovendo o surgimento das unipolaridades regionais.

Em seu estudo intitulado *“Conceptualising Regional Power in International Relations: Lessons from the South African Case”*, Flemes (2007), a fim de operacionalizar o conceito de potências regionais, estabelece quatro critérios que permitem analisar o comportamento desses países nas suas respectivas sub-regiões. São eles:

a) formulação da reivindicação de liderança: para que um Estado almeje uma posição de potência regional, é preciso que primeiro ele esteja disposto a assumir o papel de mediador e estabilizador nos campos segurança e economia dentro da região. Sendo assim, os argumentos utilizados pelo Estado aspirante à potência para justificar sua liderança bem como definir quais países serão liderados delimitam a esfera de influência regional.

b) a posse dos recursos de poder necessários: o poder de um país pode ser medido por meio de seus recursos materiais e ideacionais. Os recursos materiais são considerados um conjunto de dados militares (despesas de defesa, pessoal militar), demográficos (número de habitantes), geográficos (área total do território), econômicos (Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Gini (de concentração de renda em determinado grupo)) e de desenvolvimento humano (Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)). Em um prisma realista, o poder é entendido pela quantidade de recursos materiais de que um país dispõe sobretudo em termos militares.

São considerados recursos ideacionais os aspectos culturais de uma nação, suas normas e valores, assim como as metas políticas e sociais que conferem uma boa imagem ao país, promovendo o fortalecimento da posição da potência dentro dos processos de negociação no âmbito regional.

c) o emprego de instrumentos de política externa: são todas as iniciativas e os objetivos de política externa por meio dos quais o Estado candidato a ser potência regional influencia as negociações e os acordos entre os demais países vizinhos; e

d) a aceitação do papel de liderança dos Estados terceiros: em uma perspectiva construtivista, para que um Estado ascenda a posição dentro da região, é preciso que os países liderados aceitem o papel de líder desse Estado. Dessa forma, a hierarquia de poder seria legitimada pela aceitação compartilhada dos países, evitando que o poder da liderança seja minado principalmente por potências menores ou secundárias.

Para Fletes (2007), as potências regionais buscam encontrar formas de se transformarem em polos de poder e assim passam a influenciar os processos e as dinâmicas do sistema internacional.

Pelo exposto, pode-se observar que o citado estudioso das potências regionais distingue, de forma objetiva, critérios para que se possa classificar a atuação daqueles países com pretensões a se destacarem como potências regionais.

Na próxima seção, será apresentado um breve histórico da criação da UNASUL e da atuação do Brasil.

3 UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)

Nesta seção, organizada em duas subseções, serão abordados o panorama político sul-americano quando a UNASUL foi instituída e a atuação pragmática bem como as motivações do Brasil nesse processo.

Na primeira subseção, serão avaliados o cenário da América do Sul, a partir do final da Guerra Fria, e as fases do processo de integração regional. Já na segunda, serão observados os principais motivos que levaram o Brasil a atuar de forma efetiva na condução e no fortalecimento da institucionalização da integração dos países sul-americanos.

3.1 Cenário sul-americano: do neoliberalismo ao regionalismo

O cenário das relações internacionais experimentou mudanças nas relações de poder com o fim da Guerra Fria. A partir da dissolução da ex-União Soviética, a ordem mundial começou a vivenciar o fim de uma época de bipolaridade, possibilitando que os Estados Unidos da América figurassem como a única grande potência, indicando uma tendência de unipolaridade e um novo equilíbrio do poder global.

Essa nova configuração que se desenhou indicava uma retração das alternativas de negociação e da possibilidade de ascensão dos países periféricos, de eles galgarem posições mais privilegiadas na nova ordem internacional.

Diante dessa nova tendência, os países da América do Sul, segundo Pecequilo e Carmo (2015), passaram a adotar posturas menos autônomas em suas políticas internacionais, voltando-se para uma iniciativa de alinhamento com os Estados Unidos, aderindo assim à doutrina neoliberal americana, buscando o seu fortalecimento e única alternativa para que pudessem se reinserir no cenário internacional.

Para que os países em desenvolvimento recebessem ajuda dos EUA, Pecequilo e Carmo (2015) apontam que foram negociadas condições (Consenso de Washington), segundo as quais esses países deveriam diminuir sua influência nas respectivas economias, reduzir os gastos com infraestrutura e questões sociais, além de preverem também processos de privatização e de abertura comercial por meio de iniciativas como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), por exemplo.

Nesse sentido, os países sul-americanos tinham seus interesses voltados para a negociação da dívida externa, abertura comercial intrarregional, consolidação democrática e estavam subjugados pelas condições impostas pelas grandes potências (PECEQUILO e CARMO, 2013).

Como resultado da política neoliberal, os países da América do Sul passaram por mudanças em suas agendas política, econômica e governamental. O Brasil, por exemplo, não adotou as recomendações propostas pelo Consenso inicialmente. A medida mais perceptível foi a privatização de várias empresas estatais, como a Vale do Rio Doce e aquelas de telecomunicações, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Pecequilo e Carmo (2015) comentam que o freio nos investimentos em projetos de segurança nacional seria uma moeda de troca para que o país angariasse maior credibilidade perante a superpotência americana.

Como consequência, no decorrer da década de 1990, a América do Sul vivenciou a contração das sociedades, trazendo à tona as desconfianças em relação ao alinhamento com os EUA e à visão neoliberal, que reafirmou as limitações e assimetrias no alinhamento Norte-Sul que agravaram sobremaneira a crise econômica interna bem como a estabilidade dos países da região.

A partir dos anos 2000, com a mudança do eixo da economia mundial para a Ásia, a crise global e os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, os EUA experimentaram o enfraquecimento de sua liderança no subcontinente, uma vez que sua política externa estava voltada para a guerra ao terror.

Nesse período, presenciou-se também na região uma evolução positiva em termos econômicos, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, o abandono das políticas de endividamento bem como o estreitamento da parceria estratégica entre Brasil e Argentina (GRASSI, 2019), que se consolidou em um processo de cooperação voltado para o desenvolvimento científico e tecnológico conjunto, retomando especialmente os projetos na área nuclear. Essa reaproximação estratégica entre Brasil e Argentina foi considerada fator de força no processo de integração regional da América do Sul (GRASSI, 2019).

No plano geopolítico do Brasil, observou-se uma tendência ao aprofundamento do olhar para o âmbito sul-americano por meio da condução de uma política externa voltada para o bloco, bem como a apresentação de novas propostas de integração regional. O Brasil expressou uma visão crítica (ainda que moderada) da “globalização assimétrica”, o que, segundo Pecequillo e Carmo (2015), significou o rompimento com uma política de baixo perfil e mostrou para um crescimento do País a partir das divergências existentes no meio do bloco.

Sendo assim, com o intuito de atender às mudanças políticas vividas pela região, surge o chamado “regionalismo pós-liberal” (BRAGATTI e SOUZA, 2016, p. 46). Essa modalidade de regionalismo surgiu como uma nova estratégia integracional após o declínio das iniciativas de regionalismo aberto que foram estabelecidas na região sul-americana durante a década de 1990, como é o caso da Comunidade Andina de Nações (CAN) e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), caracterizadas como instituições com enfoque comercial.

3.2 O papel do Brasil na constituição da UNASUL

Diante desse novo contexto regional voltado para a cooperação e a integração, o Brasil retomou suas iniciativas em relação aos vizinhos sul-americanos com vistas a apresentar propostas para uma nova forma de integração regional, objetivando um reposicionamento do bloco na ordem internacional.

A atuação do País, como ator protagonista desse processo integracionista, remete à sua inserção no âmbito internacional que, a partir dos anos iniciais do século XXI, passou a

seguir a lógica multilateral da política externa, adensando a sua liderança no escopo sul-americano por meio da cooperação mútua entre os países do bloco com o objetivo de consolidação da sub-região.

Assim, entre os dias 30 de agosto e 1º de setembro de 2000, foi realizada a I Cúpula de Presidentes da América do Sul. Composta pelos doze chefes de Estado do subcontinente, foi um espaço de debates e acordos sobre o tema integração regional e outros assuntos de interesse para a região, como, por exemplo, infraestrutura, energia e questões de cunho social.

Os esforços brasileiros voltaram-se para a cooperação Sul-Sul como pode ser observado no trecho a seguir retirado do discurso proferido pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso no encerramento do evento, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, em 1º de setembro de 2000.

Não preciso repetir as aflições que temos, a necessidade de que a nossa voz seja mais ouvida na discussão da nova arquitetura financeira internacional e de que nossa presença seja mais ativa nos grupos que tomam decisões que afetam o conjunto dos países e afetam os nossos países, nas discussões sobre temas como os aqui mencionados, de meio ambiente, nas cláusulas de proteção social, nas questões relativas à luta por acesso aos mercados (CARDOSO, 2000, s/p).

Após a realização dessa cúpula, foram organizadas mais duas reuniões: uma na cidade de Guayaquil, em 2002, e outra em Quito, em 2004, ambas no Equador. Essas reuniões estabeleceram um espaço de diálogo entre os presidentes sul-americanos em que se afirmou a necessidade de uma maior cooperação entre os Estados na região.

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2003, a agenda diplomática brasileira passou a buscar uma maior institucionalização para a região sul-americana com contornos mais estratégicos.

A III Cúpula Sul-Americana, em 2004, resultou na Declaração de Cusco, que teve como consequência a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) no mesmo ano. A Comunidade foi instituída com o propósito de constituir um novo espaço de interação político-estratégico para a região. Pode-se dizer que a UNASUL é uma evolução da CASA, uma iniciativa com perfil mais próximo de um instrumento de governança regional.

O diferencial da UNASUL foi ser uma instituição que abrangeu todos os doze países sul-americanos, uma iniciativa inédita, e estava voltada para as discussões dos problemas comuns aos países do bloco e de concertação da integração nos âmbitos social, cultural,

econômico, político e de autonomia desses países. O tónus de atuação da UNASUL se estendia muito além das questões puramente comerciais, como a dos modelos de “regionalismo aberto”, a exemplo do Mercosul (BRAGATTI e SOUZA, 2016).

Em seu Tratado Constitutivo, a UNASUL apresentou como principal finalidade a constituição de um espaço de “união e integração cultural, social, econômica e política entre seus povos...” (UNASUL, 2008, p.8) a fim de diminuir as desigualdades econômicas e sociais dos países signatários.

Para executar os objetivos propostos, a UNASUL foi estruturada da seguinte forma: Secretária-Geral, Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo, Conselho de Delegadas e Delegados e Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores.

Além disso, foram instituídos doze conselhos setoriais, entre eles o Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social (CSDS), o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) e o de maior destaque para este trabalho: o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) que será abordado de forma mais específica na quarta seção.

Sendo assim, a UNASUL, como iniciativa integracionista, repercute a intenção de promover e impulsionar a institucionalização da região sul-americana, o que, na visão de Costa (2009), confere à região importância geopolítica e tem como principal ator o Brasil.

Diante do exposto, pode-se verificar que o esforço do Brasil no fomento e na institucionalização da integração regional, por meio da criação da UNASUL, denota sua intenção de firmar-se como principal liderança na região, bem como articular, de forma pragmática e gradual, os objetivos de Estado de reinserção em um plano global.

Realizada a análise do cenário sul-americano, da atuação e das motivações do Brasil na constituição da UNASUL, o objetivo da próxima seção é analisar as evidências contidas na política, na economia e nas relações exteriores brasileiras que corroboram ou não a sua identidade como potência regional.

4 O CASO DO BRASIL

Nas seções anteriores, foram apresentados os principais conceitos sobre as potências regionais, com enfoque nos critérios formulados por Flemes, bem como um breve histórico da integração regional da América do Sul até a constituição da UNASUL.

É com base nesse contexto que esta seção pretende testar os critérios de Flemes por meio do estudo do caso específico do Brasil durante o período em que este participou da mencionada organização. Para tanto, os quatro critérios serão abordados cada um em uma subseção específica a seguir.

4.1 A formulação do desejo de liderança

A partir de 2000, as iniciativas adotadas pelo Brasil voltadas para o seu reposicionamento no cenário mundial passaram a ter um foco mais amplo, e a agenda política externa brasileira experimentou um caminho de mudanças. Sem se descuidar da América do Sul, Pecequillo e Carmo (2015) apontam que, a partir da posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, o Brasil buscou estabelecer uma interdependência entre suas agendas de política interna e externa.

Na perspectiva externa, o País buscou intensificar seu relacionamento no eixo Norte-Sul a partir de uma postura mais autônoma, reconhecendo tanto as divergências quanto os benefícios do relacionamento com os Estados Unidos da América. Essa postura política adotada pelo Brasil recebeu a denominação de “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

No âmbito doméstico, houve um movimento para o fortalecimento do poder nacional e a retomada da identidade sul-americana, que foi sendo consolidada por um movimento de integração regional (Eixo Sul-Sul).

Como pode ser observado na seção 2.2, para que um país obtenha o status de potência regional, é preciso demonstrar esse intuito por meio de vontade política para assumir o papel de liderança sobretudo como agente estabilizador do tema segurança e na condução da economia regional.

Em seu discurso de posse, em 2003, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou a importância de o Brasil voltar o seu olhar para a América do Sul: “A grande prioridade da política externa durante o meu governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social” (SILVA, 2003, s/p).

Assim, a partir de elementos primordiais dos objetivos nacionais de defesa, expressos na Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2020), como a garantia da soberania nacional, a preservação da coesão e das unidades nacionais, a contribuição para a estabilidade

regional, a paz e a segurança internacionais, a diplomacia brasileira passou a atuar de forma pragmática, utilizando estratégias consolidadas na política externa do Brasil.

As intenções do governo brasileiro de reivindicar a sua liderança na região foram corroboradas também na fala do então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que, em 2003, declarou: “Consideramos essencial aprofundar a integração entre os países da América do Sul nos mais diversos planos” (AMORIM, 2003, s/p).

Assim, pode-se perceber que o movimento brasileiro em prol de uma maior institucionalização do processo de integração regional, por meio da consolidação da UNASUL e de seu papel de líder nesse processo, ficou evidenciado tanto na declaração do ex-ministro como no discurso do ex-presidente Lula, os quais demonstraram, de forma patente, a formulação do desejo de liderança regional.

A partir do início do governo de Dilma Rousseff, em janeiro de 2011, a dinâmica do movimento do Brasil em relação à integração sul-americana ganhou novos contornos.

Segundo Braga (2017), a temática da integração regional permaneceu na agenda brasileira, e a UNASUL continuou como uma estratégia para conter as desigualdades regionais, fato que pode ser ilustrado pelo trecho a seguir, retirado do discurso da então presidente Dilma numa reunião extraordinária da UNASUL, em julho de 2011, na qual foi enfatizada a importância da iniciativa: “Eu tenho certeza de que a UNASUL é, talvez, o melhor fórum para a promoção de modelos de democracia inclusiva. Acho que na nossa região nós temos que compartilhar o que nós todos construímos e conquistamos em cada uma das nações.” (ROUSSEFF, 2011, s/p). Não obstante, a participação do Brasil dentro da UNASUL experimentou um perfil de atuação mais tímido em relação ao desenvolvido no governo anterior ao de Dilma Rousseff.

Nesse sentido, Braga (2017) afirma que a atuação do País passou a ser mais reativa do que ativa, havendo uma diminuição nas proposições de linhas de mudança na condução da UNASUL, bem como uma retração na participação da ex-presidente nas reuniões da instituição, que passou a ter um cunho mais protocolar.

A fim de demonstrar o desejo de liderança do Brasil no âmbito regional, pode-se destacar a fala de Antonio de Aguiar Patriota, nomeado por Dilma ministro das Relações Exteriores, em seu discurso por ocasião da reunião ordinária do Conselho de Ministros e Ministras das Relações Exteriores da UNASUL, em 17 de março de 2012, na cidade de Assunção (Paraguai):

O Brasil está preparado para contribuir para um orçamento da UNASUL que viabilize a consecução de projetos concretos para benefício da região, como o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa e o Instituto Sul-americano de Governo em Saúde.” (PATRIOTA, 2013, p. 204-205)

Contudo, na prática, Lopes (2013) aponta para uma mudança na postura do País, que deixou a América do Sul em segundo plano, voltando-se mais para um relacionamento com os Estados Unidos e outras potências regionais, como Rússia, Índia, China e África do Sul, membros do BRICS⁶. Percebe-se que, apesar da intenção do Brasil de demonstrar seu desejo pela liderança na região sul-americana, na prática, seus esforços foram ampliados para um enfoque mais global, para além do bloco regional sul-americano.

Com a abertura do processo de *impeachment*⁷ da ex-presidente Dilma Rousseff, assumiu a presidência interinamente, em maio de 2016, o então vice-presidente, Michel Temer, que nomeou o político José Serra Chirico para a pasta das Relações Exteriores. Essa mudança no governo brasileiro indicou o novo rumo que seria tomado a partir das novas diretrizes apresentadas pelo titular da pasta, que serviram de base para orientar as ações de política externa e direcionar os esforços para o uso da diplomacia em prol dos valores da sociedade brasileira como um todo, deixando de lado o viés ideológico e partidário.

Em vista disso, a prioridade do governo Temer passou a ser o estreitamento de seus laços, especialmente comerciais, com outros países emergentes, modificando o foco de seu entorno estratégico para um espaço global como pode ser corroborado pelas palavras do ministro José Serra em seu discurso de posse em 18 de maio de 2016:

Um país do tamanho do Brasil não escolhe ou repele parcerias, busca-as todas com intensidade, inspirado no seu interesse nacional. Vamos também aproveitar as oportunidades oferecidas pelos foros inter-regionais com outros países em desenvolvimento, como, por exemplo, os BRICS, para acelerar intercâmbios comerciais, investimentos e compartilhamento de experiências (SERRA, 2016, s/p).

Atinente ao seu papel de liderança no âmbito da UNASUL, o Brasil passou a desinvestir seus esforços em prol da instituição (SIMÕES, 2019), havendo uma retração significativa de atuação do País sobretudo a partir do posicionamento do secretário-geral da

⁶ Brics é um agrupamento econômico composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

⁷O *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff ocorreu em agosto de 2016.

UNASUL, Ernesto Samper, que teceu críticas ao processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma, pois, segundo ele, isso significava uma ruptura com a instituição.

Aos poucos, percebeu-se uma mudança do enfoque do Brasil na região, refletida principalmente na mudança do foco de política externa e pela atuação mais retraída no âmbito da UNASUL. É importante ressaltar que, a partir de 2016, a instituição entrou num período de crise econômica, de cunho financeiro e orçamentário, devido à inadimplência de alguns países, entre eles, o Brasil. As mudanças no âmbito da América do Sul também influenciaram o enfraquecimento da UNASUL especialmente pelo surgimento de uma nova onda ideológica conservadora e uma agenda neoliberal.

Cabe mencionar que a UNASUL também passou a apresentar sinais de desgaste. Além da crise orçamentária, com a nova configuração política de alguns países do bloco, como Brasil, Colômbia, Argentina, Chile, Paraguai e Peru (SIMÕES, 2019), a instituição passou por um esvaziamento, já que esses países demonstraram menos empenho na constituição de uma governança regional. Assim, em maio de 2018, eles requereram formalmente, por meio de uma carta endereçada ao secretário da UNASUL, as suas respectivas saídas da instituição, alegando que esta se encontrava em um estado de letargia.

Dessa forma, após o Brasil anunciar a sua saída da UNASUL, em 2019, passou a integrar o Fórum para o Progresso da América do Sul (PROSUL), assinado pelos chefes de Estado da Argentina, do Chile, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Paraguai e do Peru em 22 de março do mesmo ano. O PROSUL, segundo seu Tratado Constitutivo, tem como premissa ser uma “estrutura flexível, leve, que não seja custosa, com regras de funcionamento claras e com mecanismo ágil de tomada de decisões” (PROSUL, 2019, s/p).

Em síntese, pode-se entender que o Brasil, por meio da consolidação da UNASUL, apresentou, desde a sua criação em 2008, uma postura pragmática na construção dos acordos, o que lhe conferiu uma maior credibilidade diante de alguns países do bloco e frente a uma declaração da sua aspiração à liderança regional, corroborada por meio da sua política externa.

Não obstante, a partir do momento que a ex-presidente Dilma Rousseff assumiu o poder, a atuação do Brasil, no âmbito da UNASUL, passou a ser mais protocolar e, aos poucos, o olhar do país, antes majoritariamente voltado para a constituição de uma governança na região sul-americana, foi sendo ampliado para outras esferas, incluindo uma reaproximação com o eixo Norte-Sul e o estabelecimento de novas parcerias com outros países emergentes,

como os pertencentes ao BRICS, por exemplo, concomitantemente ao esvaziamento da UNASUL. Assim, o Brasil atuou de forma mais moderada no âmbito da instituição até a formalização da sua saída.

4.2 A posse de recursos de poder

De forma natural, as dimensões do Brasil o conduzem ao protagonismo na região sul-americana, assim como os outros recursos de poder: sua capacidade militar, econômica, de produção de diversos produtos manufaturados, abundância de recursos naturais, além de sua população, contribuem para a consolidação da posição de liderança regional.

O aspecto da liderança regional a que se refere à posse de recursos de poder brasileiro pode ser analisada por meio dos indicadores contidos na tabela a seguir.

Tabela 1 – Relação de Indicadores de Recursos – 2013

Indicadores de Recursos Materiais	Brasil	Argentina	Chile	Colômbia
Demográfico e Geográfico				
População (em milhões)	202.408.632	42.539.925	17.462.982	47.342.981
Extensão territorial (km ²)	8.510.345	2.780.400	756.102	1.138.910
Econômico e de Desenvolvimento				
PIB (em bilhões de dólares)	2.472.819	613.316	278.384	380.192
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,748	0,820	0,828	0,735
Índice Gini (de grau de concentração de renda)	0,52	0,41	0,46	0,52
Militar				
Gastos militares (em milhões de dólares)	32.874.79	5.137.97	5.529.88	12.503.81
Gastos militares (em % do PIB)	1,3	0,8	2,0	3,3
Efetivo das Forças Armadas	713.480	105.650	106.100	450.750

Fonte: Tabela elaborada a partir de dados disponíveis nos sites do Banco Mundial, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI).

A partir dos dados apresentados na Tabela 1, pode-se verificar alguns números que indicam a natural liderança brasileira. A área de ocupação territorial do Brasil chega a quase 48% da área total da América do Sul e é três vezes maior do que o território argentino, que ocupa a segunda posição no ranking dos países sul-americanos.

Em termos populacionais, o Brasil, com um pouco mais de 200 milhões de habitantes, detém quase 50% da população da região, fator esse que garante ao país um mercado consumidor interno vasto.

Já em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil, em contraponto com a Argentina, o Chile e a Colômbia, figura em terceiro lugar, o que ilustra as dificuldades vivenciadas pelo País em termos sociais.

Outra questão que pode ser observada por meio do Índice Gini, instrumento que mede o grau de concentração de renda em determinado grupo, é que a desigualdade de distribuição de renda permanece como um desafio para a política doméstica brasileira. A despeito disso, no mesmo ano de 2013, em termos de gastos com a educação, o Brasil apresentou um índice de 5,8% do PIB, seguido da Argentina, com 5,4%; da Colômbia, com 4,9%; e do Chile, que investiu 4,5% de seu PIB na área educacional (IBGE, 2013).

A posição do Brasil, comparativamente a outros países importantes da América do Sul, no que diz respeito ao seu Produto Interno Bruto (PIB), é a maior da região. Comparando o PIB brasileiro com o da Argentina, que ocupa o segundo lugar, o PIB nacional é quase quatro vezes maior, o que denota um grande potencial em relação aos demais países em termos de possibilidade de conversão desse recurso econômico em poder militar (FLEMES, 2007).

Sobre os investimentos relativos à área da defesa e de efetivo das Forças Armadas, o Brasil apresenta os maiores gastos no setor militar em números absolutos: quase três vezes mais do que os gastos da Colômbia. Apesar disso, ocupa uma posição atrás do Chile e da própria Colômbia em termos de gastos militares em relação ao PIB. Já em termos de pessoal efetivo nas Forças Armadas, o Brasil figura como líder absoluto.

Ainda sobre a capacidade militar, em 2012, o Brasil ocupava a décima posição no ranking mundial e a primeira colocação em termos de América do Sul no *Global Fire Power*⁸ (*GFP Index*), denotando uma alta capacidade atinente ao setor defesa.

⁸ O GFP Index é baseado na capacidade potencial de guerra de cada país e utiliza indicadores relativos à mão de obra, aos equipamentos, aos recursos naturais, às finanças e à geografia.

No que concerne aos recursos ideacionais, a atuação do Brasil em prol da imagem de credibilidade perante os demais países e de legitimidade de sua liderança pode ser comprovada por meio do estabelecimento de acordos multilaterais econômicos e de cooperação técnica. Pecequilo e Carmo (2015) apontam que a diplomacia brasileira ganhou vulto a partir da concretização de parcerias com outras nações emergentes, como China, África do Sul e Índia, o que possibilitou o fortalecimento do relacionamento multilateral e de alianças a partir de novos arranjos, como a criação do Fórum de Diálogo, entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), e do BRICS. Esse aspecto será aprofundado na seção a seguir.

Em se tratando das interações regionais, o principal instrumento de influência do Brasil é o *soft power*⁹ (CARVALHO e GONÇALVES, 2016); por meio dele, o País buscou, de forma indireta, consolidar sua posição, em relação aos demais países do bloco, no que diz respeito às questões político-sociais e reafirmou o princípio da não indiferença por meio da atuação do seu corpo diplomático, da participação em ações de cunho humanitário, como nas Operações de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), e nas ações de cooperação.

Em vista do exposto, quanto à liderança brasileira, quando se examinam os investimentos no setor de defesa e de capacidade material, os índices econômicos e de desenvolvimento humano, bem como a sua atuação em novas alianças, percebe-se que o País se destacou diante das demais nações sul-americanas, o que contribuiu para o seu posicionamento de liderança regional.

4.3 O emprego de instrumentos de política internacional

Como visto anteriormente, o País buscou atuar por meio de uma política de autonomia pela diversificação (PECEQUILO e CARMO, 2015), consolidando suas parcerias no eixo Sul-Sul e com parceiros não tradicionais, como China e África, acreditando, assim, em uma diminuição das assimetrias em relação às grandes potências.

Nessa linha de raciocínio, como evidência da reivindicação ao posto de potência regional, pode-se mencionar a participação relevante do Brasil no IBAS. Essa iniciativa foi instituída em Brasília, em 6 de junho de 2003, com o objetivo declarado de “examinar temas da agenda internacional e de interesse mútuo” (IBAS, 2003, p.1), proporcionando assim maior coordenação entre as potências regionais do Sul.

⁹ *Soft power* é a capacidade de um país de exercer influência sobre outros a partir de instrumentos de política, culturais e de atração para cooperação ao invés da utilização da coerção. Oposto de *hard power*.

Esse acordo tem como foco o estímulo ao comércio, ao crescimento econômico dos países participantes e à cooperação multisetorial inter-regional. São exemplos também da participação relevante do Brasil em organismos econômicos internacionais o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a liderança constitutiva do Mercosul, do BRICS e do G-20¹⁰.

Outra importante estratégia brasileira diz respeito ao relacionamento da diplomacia com o poder militar, traduzindo a aderência do Brasil ao princípio da não indiferença, defendida pelo embaixador Celso Amorim enquanto esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores (2003 a 2010) (PECEQUILO e CARMO, 2015).

Um dos principais exemplos de atuação em termos político-sociais foi a participação do Brasil em missões de paz da ONU, como o comando brasileiro da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) de 2004 a 2017.

Em relação à MINUSTAH, o Brasil, além de enviar forças militares para compor a missão e, desde o início, estar à frente do componente militar da operação, afirmou a sua preocupação com o princípio da não indiferença, uma vez que, a partir do estabelecimento dos princípios dos direitos humanos como subsídio de política externa e instrumento primordial para o exercício do seu *soft power*, consolidou o seu papel de protagonista em termos de poder político na região sul-americana.

Pacheco e Migon (2013) demonstram que essa missão possibilitou o estreitamento e a cooperação combinada entre as forças armadas dos países da América do Sul, promovendo o fortalecimento da liderança do Brasil na região por meio da expressão militar do poder nacional.

A participação em missões de paz refletiu a disposição do Brasil e a sua vontade política de propiciar sua projeção internacional, bem como retratou a importância das parcerias estratégicas com os países da região. Aguilar (2015) afirma que a decisão do Brasil em atuar nessas missões contribuiu para o prestígio do país em âmbito internacional e firma a posição brasileira como liderança regional.

Ainda sobre o tema das missões em operações de paz, sob a égide da Organização dos Estados Americanos (OEA), Aguilar (2015) descreve a participação do Brasil na Missão de

¹⁰O G-20 é uma organização que foi formada em 1999 e reúne os ministros da Economia e os presidentes dos Bancos Centrais de 19 países e da União Europeia a fim de propiciar um espaço de negociações entre esses países buscando maior estabilidade econômica.

Assistência para a remoção de minas na América do Sul (MARMINAS), na fronteira entre Equador e Bolívia, nos anos de 2003 a 2013, atuando com militares na supervisão do processo de desminagem.

De acordo com o relatório do Ministério da Defesa sobre o histórico da participação brasileira em missões, desde março de 2006, o País participa do Grupo de Monitores Interamericanos na Colômbia (GMI-CO), com militares da Marinha do Brasil e do Exército brasileiro, em conjunto com as forças militares da Colômbia, promovendo treinamento de pelotões de desminagem e destruição de minas terrestres e artefatos explosivos improvisados.

A presença do Brasil como mediador em conflitos na América do Sul indica que a atuação das Forças Armadas constitui um imprescindível instrumento de influência regional e de estabilizador em termos de segurança.

No caso do conflito estabelecido entre Colômbia, Venezuela e Equador¹¹, o Brasil, por meio do Itamaraty, atuou como mediador, segundo aponta Saint-Pierre (2008), por meio da UNASUL, buscando a manutenção em uma instância bilateral (entre Colômbia e Equador) e evitando a escalada da crise para níveis extrarregionais.

O esforço brasileiro em prol da institucionalização regional e estabilidade da região demonstra a sua intenção de manter o protagonismo no bloco além de fortalecer os vínculos cooperativos de defesa por meio de princípios de não intervenção e de respeito à autodeterminação dos povos.

Sendo assim, considerando que a América do Sul faz parte do entorno estratégico brasileiro e constitui uma área de primordial interesse para o País, a atuação das Forças Armadas pode ser observada pelo alinhamento com a Política Nacional de Defesa (2020), a qual menciona os princípios constituintes que regem as relações internacionais do Estado brasileiro e tem como alguns dos objetivos nacionais de defesa a contribuição para a estabilidade regional e o incremento da projeção do Brasil no concerto das Nações, ampliando sua inserção em processos decisórios internacionais.

¹¹ Esse conflito teve início em março de 2008 quando as forças de segurança da Colômbia atacaram uma base das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que estava localizada dentro do território equatoriano, em uma operação denominada Fênix. Nessa operação, foi verificada uma possível relação entre as FARC e os governos do Equador e da Venezuela, gerando um estremecimento das relações diplomáticas entre esses três países.

No escopo da UNASUL, a liderança brasileira pode ser ilustrada também pela sua significativa participação no Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), instituído em 15 de dezembro de 2008, durante cúpula extraordinária da UNASUL, sendo constituído pelos ministros da defesa do Brasil, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, da Bolívia, da Colômbia, do Equador, do Peru, do Chile, da Guiana, do Suriname e da Venezuela.

Segundo Carvalho e Gonçalves (2016), a intenção ao se criar o CDS foi a de ampliar a cooperação em defesa e segurança entre os países participantes, fortalecer uma base industrial de defesa e dissipar a influência massiva das políticas intervencionistas norte-americanas na América do Sul.

Alguns aspectos da liderança brasileira na criação e na condução das atividades do Conselho de Segurança foram importantes para o fortalecimento de uma relação de cooperação e confiança mútua entre o Brasil e os países vizinhos do bloco a partir de uma perspectiva de segurança regional compartilhada. Flemes (2010) assevera que o CDS se configurou como instrumento de consolidação da posição do Brasil como potência regional, bem como mais um trunfo na predisposição do país em alcançar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Silva e Flôr (2011) afirmam que o Conselho de Defesa atuou como um mecanismo primordial no desenvolvimento de medidas de confiança¹² que contribuíram para a estabilidade na América do Sul por meio da realização de exercícios militares conjuntos, intercâmbio de pessoal entre as Forças Armadas dos países participantes, estabelecimento de políticas de defesa conjunta, bem como nos esforços de integração de uma base industrial de materiais bélicos.

Ainda no contexto do CDS, Silva e Flôr (2011) enfatizam importantes ações desenvolvidas pela Marinha do Brasil, como a realização de exercícios militares navais conjuntos e a condução dos Jogos de Guerra (JG) entre militares dos centros acadêmicos de altos estudos militares dos países da UNASUL.

Como exemplo da cooperação militar, pode-se citar a Operação ACRUX, que é realizada com a participação da Marinha do Brasil, Armada da Argentina (ARA), Armada do Paraguai (ARPAR), Armada do Uruguai (AROU) e Armada Boliviana com o propósito de

¹² *Confidence-building measures*, segundo o *United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA)*, são ações que visam a evitar a escalada das hostilidades, reduzindo a tensão militar e construindo relacionamento de confiança entre os países.

exercitar a interoperabilidade dos meios em ambientes ribeirinhos. Pode-se destacar também outros exercícios de treinamento militar desenvolvidos na esfera do CDS, como foi o caso dos exercícios denominados UNASUL I, UNASUL II e UNASUL III (PADULA, 2015).

4.4 A aceitação do papel de líder pelos países liderados

Sobre o aspecto da aceitação da liderança, talvez esse seja o ponto em que o Brasil enfrentou alguns obstáculos em busca de sua posição de potência regional.

Embora o País tenha apresentado muitos elementos que corroboraram a sua liderança, alguns países do bloco buscaram contrabalancear esse poder. Carvalho e Gonçalves (2016) afirmam que a Argentina atuou em prol de equilibrar ou limitar o poder brasileiro, exercendo uma liderança compartilhada como mediador em crises na região, utilizando para tal vias institucionais, uma vez que o ex-presidente argentino Nestor Kirchner foi o secretário-geral da UNASUL.

Outro aspecto importante é que a Argentina, segundo Malamudi¹³ (2012 *apud* CARVALHO e GONÇALVES, 2016, p. 228), apresentou resistência à aceitação do pleito do Brasil à cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU e trabalhou em prol de uma cadeira semipermanente para os representantes da região.

Flemes (2010) destaca que, apesar dos países participantes da UNASUL compartilharem valores como o respeito à democracia e aos direitos humanos, o relacionamento é definido por diferenças marcantes, como, por exemplo: nem todos os países compartilham da mesma premissa de mercado regional, articulando acordos de livre comércio com os Estados Unidos, deixando em xeque a liderança brasileira que passou a ter que lidar com posicionamentos muito diferentes dentro do bloco.

Ainda sobre a aceitação de sua liderança, o Brasil demonstrou vontade em receber o manto de provedor dos custos de diversas iniciativas dentro da UNASUL, como o caso da integração das áreas energética e de infraestrutura, que foram geridas por meio da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (FLEMES, 2010). Apesar disso, o País não apresentou a mesma postura de provedor em prol de alguns países menores que necessitavam que o Brasil abrisse seu mercado consumidor para escoar os bens

¹³ MALAMUD, Andres. *Moving Regions: Brazil's Global Emergence and the Redefinition of Latin American Borders*. In: RIGGIORIZZI, Pia; TUSSIE, Diana. **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: the Case of Latin America**. Nova Iorque: Springer, 2012.

produzidos por eles. Em vista disso, Flemes (2010) aponta que a disposição do Brasil em arcar com os custos da integração social, muitas vezes, dependia do interesse do próprio país em determinada área de investimento em detrimento do interesse comum ao bloco.

A despeito desses argumentos, o Brasil buscou assumir não só as vantagens de carregar o manto de líder, mas também de flexibilizar sua posição em alguns momentos nas resoluções de acordos com os vizinhos do bloco.

Carvalho e Gonçalves (2016) mostram, como exemplo disso, a postura que o Brasil assumiu na resolução de impasses, como nas negociações do acordo com o Paraguai na revisão do Tratado de Itaipu. Nessa ocasião, o País assumiu a compra anual do excedente de energia não consumida pelo Paraguai por um valor bem mais alto do que vinha sendo praticado, porém, essa atitude foi percebida por alguns países, como Argentina e Uruguai (CARVALHO e GONÇALVES, 2016), com desconfiança, uma vez que consideraram que o Brasil estava interessado somente na promoção de suas empresas.

Já em termos de cooperação em defesa e segurança, a atuação do Brasil, como já mencionado na seção anterior, corroborou a aceitação da liderança brasileira, bem como projetou a imagem do país em termos mundiais.

5 CONCLUSÃO

A análise da América do Sul e do seu processo de integração regional mostra a importância desse espaço geográfico como instrumento estratégico para a geopolítica do Brasil, uma vez que esse cenário proporciona um terreno próspero para a projeção brasileira no contexto regional, bem como no cenário mundial.

A partir de uma intensificação no processo integracionista da América do Sul, por meio de uma ênfase maior na institucionalização dessa dinâmica, o Brasil despontou como um ator importante no escopo da UNASUL. Sendo assim, neste trabalho, buscou-se realizar um exame dos critérios que atribuem ao Brasil o *status* de potência regional no período em que participou da UNASUL. Para tanto, foram utilizados como marcos teóricos os critérios mencionados por Flemes (2007) por meio dos quais se buscou responder ao seguinte questionamento: o Brasil pode ser considerado uma potência regional no contexto sul-americano no período de 2008 a 2019?

Com o propósito de responder à questão, a pesquisa apontou que, a partir do início dos anos 2000, iniciou-se um processo de incremento da cooperação entre os países do bloco sul-americano. Observou-se que o Brasil, em termos de uma perspectiva geopolítica, demonstrou um maior pragmatismo na condução de sua agenda de política externa voltando-se para a cooperação regional.

Foi diante dessa conjuntura sul-americana que o presente trabalho observou a atuação do País como protagonista no processo de integração regional especialmente ao apresentar propostas para uma nova forma de condução do processo integracionista. Nesse sentido, o Brasil atuou objetivamente ao propor a criação da UNASUL. Esse fato denotou o esforço brasileiro em prol da consolidação de sua posição como principal liderança na região.

Por conseguinte, o estudo apontou que, a partir da institucionalização da UNASUL, a formulação do desejo de liderança do Brasil para a região foi expressa por meio dos objetivos principais do governo brasileiro em querer firmar-se como protagonista no interior do bloco, o que pode ser corroborado pelas proposições do Ministério das Relações Exteriores, pelos objetivos da Política Nacional de Defesa e, sobretudo, pela demanda em atuar como agente estabilizador em termos de segurança e economia regionais. Entretanto, é possível perceber que, ao longo do tempo, a partir de mudanças no contexto político, regional e nacional, o Brasil passou a ter seu foco ampliado para o relacionamento com outros países fora do bloco sul-americano.

Houve também a identificação da posse de recursos de poder que, de forma patente, conduziram o Brasil ao seu papel relevante na região. Foram identificados recursos de poder como capacidade econômica, de produção de bens e serviços, índices populacionais, de recursos naturais e, principalmente, no que concerne à sua capacidade militar.

No que diz respeito ao tema defesa, ressalta-se que o Brasil figurou como potência em termos de gastos militares e em sua preponderante atuação em operações de paz, em operações combinadas entre as Forças Armadas dos países sul-americanos e como mediador de conflitos na região, como observado na contenda entre Colômbia, Venezuela e Equador.

Outro aspecto analisado foi o emprego de instrumentos de política internacional pelo Brasil quando sua atuação político-diplomática buscou autonomia pela diversificação de suas parcerias, como mostrado em sua participação no BRICS e no IBAS, acordos que proporcionaram ao país uma imagem de credibilidade internacional.

Finalmente, foi constatado que o Brasil, embora tenha apresentado sólidos elementos que consolidaram sua condição de líder, experienciou alguns incômodos no que tange à aceitação da sua posição de liderança pelos outros países da América do Sul. A pesquisa apontou a Argentina como principal ator que buscou equilibrar o poder na região especialmente no que diz respeito aos entendimentos sobre o comércio regional. Não obstante, não foi observado nenhum embargo em termos de aceitação do papel de autoridade do Brasil no que se refere a defesa e segurança, bem como de estabilizador da região.

Dessa forma, é possível afirmar que o Brasil, de acordo com os critérios utilizados como referenciais teóricos deste estudo, apresentou consistentes elementos de identidade de potência regional, apesar de algumas atitudes destoantes, e demonstrou capacidade em determinar e influenciar a agenda de integração regional, fato confirmado no âmbito da UNASUL, pré-requisitos importantes para um país que almeja a liderança de sua região. Assim, pode-se dizer que o Brasil exerceu o papel de protagonista na América do Sul durante o período em que esteve na UNASUL (2008-2019) e isso contribuiu para a sua projeção no sistema internacional, corroborando assim a vocação natural brasileira de liderança sul-americana.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro. **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**. Vol. 3, n.2, p. 113-141, mar. 2015. ISSN 2245-4373. 113 Disponível em: <https://tidsskrift.dk/bras/article/view/20231/18133>. Acesso em: 27 maio 2022

BRAGATTI, Milton Carlos; SOUZA, Nílson Araújo. Unasul: iniciativa de integração regional? Instituição de regionalismo pós-liberal ou contra-hegemônico? Concertación ou coordenação de interesses comuns? (os debates conceituais sobre um processo em construção). **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 7, n. 35, p. 43–51, 2016. DOI: 10.22456/2178-8839.60032. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/60032>. Acesso em: 7 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul. Declaração de Brasília**. Brasília, DF. 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/parcerias/cooperacao-internacional/ibas-declaracao-de-brasilia.pdf/view>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Normativa UNASUL-CDS-CEED-ESUDE. **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas**. Brasília, DF. 2008. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf/view, 2008. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_1.pdf. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre de Gusmão. **Discurso do ministro Celso Luiz Nunes Amorim por ocasião da posse do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores**. Brasília, DF. 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/celso-luiz-nunes-amorim-discurso-de-posse>. Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre de Gusmão. **Discurso do ministro José Serra Chirico por ocasião da cerimônia de posse do cargo de ministro de estado das Relações Exteriores**. Brasília, DF. 2016. Disponível em:

<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/jose-serra-chirico-discurso-de-posse>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. Presidente (1995-2003: Fernando Henrique Cardoso). **Discurso no encerramento da Reunião de Presidentes da América do Sul**. Brasília, 1º set. 2000. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/2000/copy_of_23.pdf/view. Acesso em: 23 jul. 2022.

BRASIL. Presidente (2003-2006: Luiz Inácio Lula da Silva). **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília, 1º jan. 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

CARVALHO, Patrícia Nasser de; GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. O Brasil como potência regional: uma análise de sua liderança na América do Sul no início do século XXI. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 11, n.3, p.222-252, 2016. DOI: 10.21530/ci.v.11.n.3.2016.570
Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/570>. Acesso em: 7 ago. 2022.

COSTA, Wanderley Messias da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Open Editions Journals**. Confins. n.7, 2009.
Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/6107>; DOI: <https://doi.org/10.4000/confins.6107>. Acesso em: 16 jul. 2022

DESTRADI, Sandra. Regional powers and their strategies: Empire, hegemony, and leadership. **Review of International Studies**, 36, p.903-930, 2010. DOI:10.1017/S0260210510001361.
Disponível em: https://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/38269/ssoar-rintstud-2010-4-destradi-Regional_powers_and_their_strategies.pdf?sequence=1&isAllowed=y&lnkname=ssoar-rintstud-2010-4-destradi-Regional_powers_and_their_strategies.pdf. Acesso em: 22 jun. 2022.

EBERT, Hannes; FLEMES, Daniel. **Regional Powers and contested Leadership**. Palgrave Macmillan, Cham. 2018. https://doi.org/10.1007/978-3-319-73691-4_1. Disponível em:

<https://link.springer.com/content/pdf/bfm:978-3-319-73691-4/1.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

FLEMES, Daniel. Conceptualising Regional Power in International Relations: Lessons from the South African Case (June 1, 2007). **GIGA Working Paper** No. 53. Disponível em: Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=1000123> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1000123>. Acesso em: 06 mar. 2022.

FLEMES, Daniel. A Visão Brasileira da Futura Ordem Global. **Contexto Internacional** – vol. 32, n. 2, p. 403-436, julho/dezembro 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/kHnf9m7kKv8V3X7CqqMd9PL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 maio 2022.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança? **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 53, n.1, julho, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/9PRbKTsTRRj5V3RDrQGjZzK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 maio 2022.

FLEMES, Daniel; WOJCZEWSKI, Thorsten. Contested Leadership in International Relations: Power Politics in South America, South Asia and Sub-Saharan Africa. **GIGA Research Program: Power, Norms and Governance in International Relations**, n. 121, February, 2010. Disponível em: https://pure.giga-hamburg.de/ws/files/21245063/wp121_flemes_wojczewski.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022

GFP. Global Fire Power. Military powers ranked. Brazil. 2012. Disponível em: <https://www.globalfirepower.com/global-ranks-previous.php>. Acesso em: 18 jun. 2022.

GRASSI, Jéssica Maria. **Parceria estratégica entre Brasil e Argentina: cooperação nuclear e integração sul-americana no século XXI**. 2019. 167f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina). Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/4916/GRASSI%20J.%20M.%20-%202019%20-%20Parceria%20estrategica%20entre%20Brasil%20e%20Argentina...%20-%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jun.2022.

HURRELL, Andrew. Hegemonia, liberalismo e ordem global: qual é o espaço para as potências emergentes? *In*: HURRELL, Andrew. **Os BRICS e a ordem global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

IBGE. Indicadores de população. Disponível em:
<https://paises.ibge.gov.br/#/mapa/ranking/brasil?indicador=77849&tema=5&ano=2013>.
 Acesso em: 30 jul. 2022.

KEOHANE, Robert Owen; NYE, Joseph. Samuel. **Power and interdependence**. Boston: Scott, Foresman and Company, 2001.

LOPES, Dawisson Belém. Titubeios e tergiversações: epitáfio para a era Patriota. **Revista Insight Inteligência**. Ano XVI. n. 62, p. 72-81, julho/agosto/setembro de 2013. Disponível em <https://inteligencia.insightnet.com.br/pdfs/62.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, n. 36, p. 881–901, 2010. DOI:10.1017/S026021051000135X
 Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/ppgcp/wp-content/uploads/2017/08/11.pdf>
 Acesso em: 25 jun. 2022.

NOLTE, Detlef. Regional Powers and Regional Governance. *In*: Nadine Godehardt, Dirk Nabers (eds.): **Regional Powers and Regional Orders**, Chapter: Regional Powers and Regional Governance, Publisher: Routledge 2011, pp.49-67 10.4324/9780203815984. (2011).
 Disponível em:
https://www.academia.edu/5694922/Regional_Powers_and_Regional_Governance. Acesso em: 02 maio 2022.

PACHECO, Fábio Cordeiro; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser. O Brasil na MINUSTAH influenciando o Brasil no cone sul: evidências preliminares da contribuição da diplomacia militar à inserção soberana. **Coleção Meira Mattos — Revista das Ciências Militares**, v. 7, n. 29, p. 131-137, 2013. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/RMM/issue/view/22/2>.
 Acesso em: 23 jun. 2022.

PADULA, Raphael. A disputa pela agenda de segurança regional e o Conselho de Defesa Sul-americano. **Revista Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 21, n.2, p.221-262, jul./dez. 2015. Disponível em:
<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/173/135>. Acesso em: 19 jul. 2022.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Política externa brasileira: discursos, artigos e entrevistas (2011-2012) / Antonio de Aguiar Patriota**. Brasília: FUNAG, 2013.509 p. – (Coleção política externa brasileira). Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1080-Politica-externa-brasileira.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. **O Brasil e a América do Sul**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. Regional integration and Brazilian Foreign Policy: Strategies in the South American space. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 48, p. 51–65, 2013.

PRYS, Mirian. **Redefining Regional Power in International Relations**. London: Taylor and Francis, 2012.

SAINT-PIERRE, Héctor. Itamaraty evitou o pior na crise entre Colômbia e Equador. **Revista UNESP**. nº 235, p. 2-3, Ano XXII, 2008. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/server/api/core/bitstreams/42d3bbfd-047d-460d-91b3-0f6465371873/content>. Acesso em: 17 jul. 2022

SILVA, Antônio Henrique Lucena; FLÔR, Cláudio Rogério de Andrade. UNASUL, Conselho de Defesa Sul-Americano e cooperação: lições da cooperação militar entre as Marinhas de Brasil, Argentina e Uruguai. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.49-63, jul./dez., 2011. Disponível em: <https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/323/247>. Acesso em: 12 maio 2022.

SIMÕES, Renata Moraes. A modificação da postura brasileira na UNASUL: da criação à formalização da saída do bloco (2008-2019). **Revista Neiba - Cadernos Argentina-Brasil**. Rio de Janeiro. v.8, p.1-8, 2019. DOI: 10.12957/neiba.2019.45180 | e45180 | ISSN: 2317-3459. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/45180>. Acesso em: 23 jun. 2022.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). Military expenditure (current USD) – Brasil. 2022. Disponível em: <https://milex.sipri.org/sipri>. Acesso em: 28 jun. 2022.

THE WORLD BANK. Armed Forces personnel – Brazil, Argentina, Chile e Colômbia. 2022. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/MS.MIL.TOTL.P1end=2019&locations=BR-AR-CL-CO&start=2013&view=chart>. Acesso em: 13 jul. 2022.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, p. 273-

335, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.1590%2Fs0102-85292007000200002>. Acesso em: 13 maio 2022.